

SABERES TRADICIONAIS: VALIDADE EPISTEMOLÓGICA E SUSTENTABILIDADE

**Luiz Eduardo Cardoso Batista
Marcos Flávio Portela Veras
Universidade Evangélica de Goiás – UniEVANGÉLICA**

RESUMO

Este artigo propõe demonstrar a validade e relevância dos conhecimentos tradicionais, destacando sua contribuição para uma sustentabilidade realista que leve em conta aspectos sociais e econômicos do Brasil. A pesquisa analisa os diálogos entre diferentes formas de conhecimento, buscando compreender as epistemologias próprias de comunidades tradicionais e suas interações com o ambiente. Além disso, investiga -se como o direito pode atuar na proteção desses saberes e modos de vida. A metodologia empregada baseia -se em revisão bibliográfica e análise de dados estatísticos. O estudo alerta para a escassez de abordagens epistemológicas que valorizem formas não-ocidentais de compreender o mundo, bem como para a ineficácia de políticas públicas que desconsideram essas perspectivas. Tais falhas podem agravar a vulnerabilidade dessas populações. Desse modo, fica evidente que uma sustentabilidade autêntica exige o reconhecimento das especificidades territoriais e culturais de cada comunidade, integrando seus saberes à construção de soluções ambientalmente e socialmente equilibradas.

Palavras-chave: epistemologia; povos tradicionais; ecologia.

INTRODUÇÃO

É salutar especificar o que são povos tradicionais. Povos tradicionais são partes de um coletivo mais amplo e abrangente do que o conjunto dos povos indígenas e são definidos como grupos humanos de diversas culturas que se relacionam estreitamente com o ambiente em que vivem, mantendo práticas, conhecimentos e um estilo de vida específico transmitido de geração em geração. Além disso, essas populações têm uma ligação forte com os territórios em que habitam e desempenham um papel fundamental na conservação da biodiversidade e na valorização de tradições étnicas (Barreto Filho, 2006).

Infelizmente, estas comunidades costumam ser vistas de maneira unidimensional: ora romântica, ora meramente empresarial (Melatti, 2024). E, por mais que tenham sua imagem explorada pela imprensa, como por exemplo, os Yanomami, que são expostos na mídia desde a década de 1950 (Albert; Kopenawa, 2010), essas populações costumam sofrer uma grande invisibilidade perante o poder público por representarem uma porcentagem pequena da sociedade brasileira (Brasil, 2024a; Brasil 2024b). Dessa forma, quando se ignora as variantes sociais, é impossível executar um plano de desenvolvimento sustentável. Pois, é preciso levar em consideração que soluções ambientais precisam ser econômica e socialmente

sustentáveis, tendo em vista que o desenvolvimento sustentável tem como seus pilares: economia, meio ambiente e sociedade.

À vista disso, é um direito do povo exigir do Estado uma ambientação jurídica que propicie a efetividade de seus direitos, desde a pesquisa, fruição e até mesmo universalização do acesso às benesses provenientes da biodiversidade em sua totalidade (Bobbio, 2004). Logo, é preciso compreender tanto as práticas das populações que habitam reservas ecológicas e ambientes similares, quanto promover a manutenção de seu patrimônio cultural e biodiversidade do território onde vivem para haver uma abordagem mais holística (Fuentes, 2024) assim como zelar por sua saúde e segurança.

Portanto, tendo em mente que tal parcela da sociedade têm sua existência ameaçada pelo crime organizado, responsável por: extração irregular de madeira e minérios; aliciamento de indígenas para o tráfico de drogas com promessas de ganhos rápidos; imposição de jornadas de trabalho análogas à escravidão; grilagem; ocupações irregulares; lavagem de dinheiro; formação de milícias rurais armadas e uso de terras indígenas e reservas ambientais para transporte de narcóticos. A dificuldade em fiscalizar áreas isoladas leva a perdas imensuráveis causadas por essas atividades criminosas (Ardenghi, 2020).

Nesse sentido, trata-se de uma iniciativa importante para os povos tradicionais por estes observarem que suas tradições estão se perdendo (Paumari, 2016) e que seus costumes e conhecimentos são frequentemente desvalorizados (Īpūna, 2016).

MATERIAIS E MÉTODOS

Neste estudo foi utilizada a metodologia qualitativa de revisão de literatura, sendo esta uma abordagem indispensável para a fundamentação teórica e a análise crítica do tema em questão. No entanto, não se limitou apenas a essa metodologia. A pesquisa também incorporou dados publicados por importantes órgãos, tanto da esfera nacional, como o IBGE e o Ministério da Saúde, quanto de instituições internacionalmente prestigiadas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização das Nações Unidas (ONU).

RESULTADOS

A análise revelou que a escassez de abordagens epistemológicas que valorizem formas não ocidentais de compreender o mundo, aliada à ineficácia de políticas públicas descontextualizadas, agrava significativamente a vulnerabilidade das comunidades tradicionais. A falta de reconhecimento de seus modos próprios de produzir conhecimento faz com que práticas milenares de cuidado com o território e de convivência com a natureza sejam desconsideradas nos processos de formulação de políticas, gerando soluções pouco eficazes e, muitas vezes, prejudiciais. Observou-se que esses povos detêm saberes diretamente relacionados à preservação ambiental, ao manejo sustentável de recursos e ao fortalecimento de vínculos comunitários, elementos que não apenas garantem sua sobrevivência. Assim, tais conhecimentos constituem ativos estratégicos para a formulação de políticas de sustentabilidade, uma vez que possibilitam alternativas inovadoras, inclusivas e adaptadas às realidades locais, contribuindo para a construção de um desenvolvimento mais eficaz.

CONCLUSÃO

O estudo evidencia que uma sustentabilidade realista exige o profundo conhecimento das especificidades territoriais e culturais de cada comunidade, reconhecendo que cada grupo possui formas próprias de se relacionar com o ambiente e de construir soluções para seus desafios cotidianos. Nesse sentido, a integração efetiva dos saberes tradicionais na formulação de estratégias e políticas torna-se indispensável para a elaboração de soluções ambiental e socialmente equilibradas, capazes de responder de maneira contextualizada às demandas locais. Para alcançar esse objetivo, é essencial promover diálogos interculturais e garantir que a ciência e o saber tradicional coexistam harmonicamente. Além disso, torna-se fundamental adotar políticas públicas inclusivas, que contemplem a pluralidade cultural do país e se afastem de modelos homogêneos e importados, geralmente ineficazes no contexto brasileiro. Por fim, destaca-se o fortalecimento do papel do direito como instrumento de proteção e valorização desses conhecimentos, assegurando a efetividade de direitos constitucionais, a preservação da diversidade cultural e a promoção de um desenvolvimento sustentável mais justo, equitativo e respeitoso das diferenças.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pois Ele deve sempre receber todas as primícias. Agradeço também ao professor Dr. Marcos Flávio Portela Veras, meu orientador, pela sua paciência, orientação, assim como pelo bom uso de seus conhecimentos e de sua experiência. Agradeço ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pelos incentivos importantes para a produção dessa pesquisa. Agradeço à Universidade Evangélica de Goiás - UniEVANGÉLICA pela ótima estrutura de seu campus e pela escolha acertada de seus professores. Agradeço aos meus familiares e amigos por todo apoio e compreensão. Agradeço, por fim, àqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce; KOPENAWA, Davi. **A queda do Céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ARDENGHI, Ricardo Pael. **Análise do Impacto do Crime Transnacional Organizado sobre as Comunidades Indígenas da América Latina: O Caso Brasil**. Madrid: El PacCto. 2020. Disponível em: <https://elpaccto.eu/wp-content/uploads/2021/04/Libro-EIPacto-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

BARRETO FILHO, Henyo T. . Populações Tradicionais: Introdução à Crítica da Ecologia Política de Uma Noção. In: **Sustentabilidade e Políticas de Desenvolvimento**. São Paulo: Annablume. 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. IBGE. **Brasil tem 1,3 milhão de quilombolas em 1.696 municípios**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/37464-brasil-tem-1-3-milhao-de-quilombolas-em-1-696-municipios>. Acesso em 19 dez. 2024a.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 de indígenas**. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/ptbr/assuntos/noticias/2023/dados-do-censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem1-7-milhao-deindigenas>. Acesso em 19 dez. 2024b.

DATTANI, Saloni et al. Life Expectancy. **Our World In Data**. 2023. Disponível em: <https://ourworldindata.org/life-expectancy>. Acesso em 23 nov. 2023.

FUENTES, Augustín et al. Indigenizing conservation science for a sustainable Amazon. **Science**, Washington, v. 368, n. 6.727, p. (1229-1232), dez, 2024.

MELATTI, Júlio César. **Entrevista com Júlio César Melatti**. São Paulo: EDUSP, 2024. Disponível em: <https://www.edusp.com.br/mais/entrevista-com-julio-cezar-melatti/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

PAUMARI, Fátima. Agora Vivemos na Mistura. 2016. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%22Agora_vivemos_na_mistura%22. Acesso em 08 de nov. 2024.

ROSER, Max. The short history of global living conditions and why it matters that we know it. **Our World In Data**. 2016. Disponível em: <https://ourworldindata.org/a-history-of-globalliving-conditions>. Acesso em 23 nov. 2023.